ESPAÇOS, NATUREZA E INFÂNCIA: O AMBIENTE COMO MEDIADOR DAS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS

FLÁVIA CAMACHO MORSELLI GONÇALVES

RESUMO
O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre espaços, natureza e infância, compreendendo o ambiente como mediador das experiências educativas no desenvolvimento infantil. Parte-se do pressuposto de que os espaços educativos vão além do ambiente físico escolar, abrangendo também a natureza como elemento essencial na construção do conhecimento e das vivências das crianças. Nesse contexto, destaca-se a importância de ambientes que favoreçam a interação, a exploração e o aprendizado significativo. Em termos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, embasada em autores que discutem a infância, a educação e a importância do ambiente no desenvolvimento humano. Os resultados apontam para o fato de que a interação com a natureza favorece o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, além de promover experiências significativas e ampliar as possibilidades de aprendizagem. Conclui-se que a valorização de espaços naturais no contexto educacional contribui para que as práticas pedagógicas sejam mais integradoras, sensíveis e alinhadas às demandas da infância contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Infância; Natureza; Espaço educativo; Desenvolvimento infantil; Educação.

ABSTRACT
This article aims to analyze the relationship between spaces, nature, and childhood, understanding the environment as a mediator of educational experiences in child development. It assumes that educational spaces go beyond the physical school environment, also encompassing nature as an essential element in the construction of knowledge and children's experiences. In this context, the importance of environments that promote interaction, exploration, and meaningful learning is highlighted. Methodologically, the research is characterized as qualitative, with a bibliographic nature, based on authors who discuss childhood, education, and the importance of the environment in human development. The results indicate that interaction with nature favors the cognitive, emotional, and social development of children, in addition to promoting meaningful experiences and expanding learning possibilities. It is concluded that valuing natural spaces in the educational context contributes to making pedagogical practices more integrative, sensitive, and aligned with the demands of contemporary childhood.

KEYWORDS: Childhood; Nature; Educational space; Child development; Education.

INTRODUÇÃO

A infância constitui uma etapa essencial do desenvolvimento humano, marcada por descobertas, interações e pela construção de significados acerca do mundo. Nesse período, a criança amplia suas percepções, desenvolve habilidades e estabelece relações que influenciam diretamente sua formação cognitiva, emocional, social e cultural ao longo da vida. Durante a infância, as experiências vivenciadas exercem influência significativa sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento. Por essa razão, torna-se fundamental considerar os diferentes contextos em que a criança está inserida, uma vez que família, escola e convivência social contribuem para a construção de conhecimentos e valores.

A forma como a criança percebe o ambiente, interage com as pessoas ao seu redor e estabelece vínculos com os espaços que frequenta interfere diretamente em sua formação integral. Esses elementos favorecem o desenvolvimento intelectual, emocional, social e cultural, além de ampliarem as possibilidades de aprendizagem e participação no meio em que vive.

Nesse contexto, os espaços em que as crianças estão inseridas exercem papel fundamental na mediação das experiências educativas, influenciando diretamente o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Ambientes acolhedores e estimulantes favorecem a interação,

a exploração e a construção de conhecimentos de forma mais significativa e integrada.

Dessa maneira, o ambiente deixa de ser compreendido apenas como suporte físico das práticas pedagógicas e passa a assumir função ativa no processo educativo. Os espaços contribuem para o desenvolvimento da autonomia, da socialização e das aprendizagens, tornando-se elementos essenciais na formação integral da criança.

Tradicionalmente, a educação esteve centrada em ambientes formais e estruturados, limitando as possibilidades de exploração e interação da criança com o mundo natural. Esse modelo, voltado principalmente para a transmissão de conteúdos, reduz experiências sensoriais, criativas e investigativas fundamentais ao desenvolvimento infantil.

Em muitos contextos escolares, a organização dos espaços ainda privilegia práticas padronizadas, rígidas e pouco abertas à experimentação. Como consequência, as crianças têm menos oportunidades de vivenciar aprendizagens significativas, explorar diferentes formas de interação e desenvolver autonomia por meio do contato ativo com o ambiente.

Estudos contemporâneos têm evidenciado a importância da natureza como elemento fundamental no processo educativo, ampliando a compreensão sobre os espaços de aprendizagem. A inserção de ambientes naturais favorece experiências concretas, estimula a curiosidade e contribui para o desenvolvimento integral da criança. A interação com elementos naturais amplia as possibilidades de observação, investigação e construção de conhecimentos, permitindo que a aprendizagem ocorra de maneira mais signifi-i cativa.

De acordo com Maria Carmen Silveira Barbosa (2010), o ambiente educativo deve ser compreendido como um espaço vivo, dinâmico e interativo, capaz de estimular a curiosidade, a criatividade e a autonomia da criança. Nessa perspectiva, os espaços contribuem ativamente

vendo aprendizagens contextualizadas, experiências sensoriais e relações mais conscientes com o meio ambiente. Além disso, pretende-se discutir a importância da organização dos espaços escolares, das práticas pedagógicas voltadas ao contato com a natureza e do papel do educador como mediador das experiências educativas. A reflexão proposta fundamenta-se em referenciais teóricos da educação, da psicologia do desenvolvimento e dos estudos da infância, articulando diferentes perspectivas sobre a relação entre ambiente, aprendizagem e desenvolvimento infantil.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões sobre práticas educativas que valorizem a infância em sua integralidade e reconheçam a natureza como elemento essencial no processo de formação humana. Em um contexto marcado pelo distanciamento entre crianças e ambientes naturais, torna-se indispensável repensar os modelos educacionais vigentes e construir propostas pedagógicas mais conectadas às experiências, aos direitos e às necessidades da infância contemporânea.

A INFÂNCIA E OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

A infância, enquanto categoria social e histórica, não pode ser compreendida de forma universal e homogênea, pois se constitui a partir das condições culturais, econômicas e políticas de cada sociedade. Trata-se de uma construção social dinâmica, que reflete valores, práticas e concepções que variam conforme o contexto histórico e social. As diferentes formas de compreender a infância influenciam diretamente as práticas educativas, as políticas públicas e os modos de organização dos espaços destinados às crianças.

Historicamente, a criança nem sempre foi reconhecida como sujeito de direitos ou como indivíduo dotado de especifi-i cidades próprias. Durante longos períodos, predominou a compreensão da infância como fase preparatória para a vida adulta, marcada pela dependência e pela incompletude. Nessa perspectiva, as necessidades, interesses e formas de expressão infantis eram frequentemente desconsiderados.

De acordo com Ariès (1981) e Sarmento (2003), a concepção de infância passou por profundas transformações ao longo do tempo, deixando de ser entendida apenas como uma etapa preparatória para a vida adulta e passando a ser reconhecida como fase dotada de especificidades, direitos e formas próprias de expressão. Essa mudança de paradigma contribuiu para o fortalecimento de estudos voltados à valorização das experiências infantis e à construção de práticas educativas mais sensíveis às necessidades das crianças.

No campo educacional, essa mudança de perspectiva implica reconhecer a criança como sujeito ativo no processo de aprendizagem, capaz de construir conhecimentos a partir das interações que estabelece com o meio e com os outros. Assim, valoriza-se o protagonismo infantil na construção do saber. A criança deixa de ocupar posição passiva e passa a ser compreendida como participante ativa na produção de significados.

O aprendizado, nessa perspectiva, não ocorre de maneira isolada ou passiva, mas por meio de um processo dinâmico de trocas, interações e significações construídas socialmente. A aprendizagem é, portanto, resultado de experiências vividas e compartilhadas em diferentes contextos. O ambiente, as relações sociais e as experiências culturais tornam-se elementos centrais na constituição do desenvolvimento humano.

Sob essa perspectiva, Vygotsky (1998) afirma que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores está intrinsecamente relacionado às interações sociais, sendo mediado por instrumentos culturais e simbólicos que estruturam o pensamento e a aprendizagem da criança. O autor enfatiza que o conhecimento é construído coletivamente e internalizado por meio das relações estabelecidas entre sujeitos.

Para o autor, o ambiente exerce papel determinante nesse processo, pois é nele que se estabelecem as relações sociais que possibilitam a internalização do conhecimento. Dessa forma, o contexto social e cultural torna-se fundamental para o desenvolvimento das capacidades cognitivas, influenciando diretamente a forma como a criança aprende e se desenvolve.

A noção de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) reforça essa compreen-

são ao evidenciar que a aprendizagem ocorre por meio da mediação e da colaboração. Nesse processo, a criança é capaz de avançar para níveis mais complexos de desenvolvimento com o auxílio de sujeitos mais experientes, ampliando suas possibilidades cognitivas.
Complementarmente, Piaget (1976) destaca que o desenvolvimento cognitivo da criança ocorre por meio da ação sobre o meio, em um processo contínuo de assimilação e acomodação. Nesse movimento, o sujeito reorganiza suas estruturas mentais a partir das experiências vividas, construindo progressivamente o conhecimento.
A interação com o ambiente físico torna-se, portanto, essencial para a construção do conhecimento, pois permite à criança explorar, experimentar e formular hipóteses sobre o mundo. Esse processo favorece o desenvolvimento de habilidades cognitivas, promovendo uma aprendizagem ativa, significativa e contextualizada.
As experiências concretas assumem papel fundamental na infância, uma vez que a criança aprende por meio da ação, do movimento, da observação e da experimentação. Ambientes ricos em estímulos e possibilidades favorecem a curiosidade e incentivam a investigação, ampliando as oportunidades de desenvolvimento.
Além disso, o brincar configura-se como linguagem central da infância e como importante instrumento de aprendizagem. Por meio das brincadeiras, a criança desenvolve habilidades motoras, cognitivas, emocionais e sociais, constrói relações simbólicas e elabora compreensões sobre o mundo.
Segundo Kishimoto (2011), o brincar permite à criança experimentar papéis sociais, desenvolver a imaginação e ampliar suas capacidades de interação e resolução de problemas. Assim, práticas pedagógicas que valorizam o lúdico contribuem significativamente para o desenvolvimento integral.
Nesse contexto, o espaço educativo precisa ser pensado de maneira a favorecer experiências de exploração, interação e movimento. Ambientes rígidos, excessivamente controlados e pouco estimulantes tendem a limitar a autonomia infantil e reduzir as possibilidades de aprendizagem significativa. A organização dos espaços interfere diretamente nas formas de convivência, nas experiências construídas pelas crianças e no desenvolvimento de suas capacidades cognitivas e sociais.
Além disso, o ambiente educativo também exerce influência sobre os aspectos emocionais da aprendizagem. Quando a criança se sente acolhida, segura e pertencente ao espaço escolar, tende a participar de maneira mais ativa das experiências propostas. Dessa forma, o ambiente não atua apenas sobre os processos cognitivos, mas também sobre a construção da identidade, da autoestima e das relações sociais.
Wallon (2007) destaca que o desenvolvimento humano ocorre de maneira integrada, envolvendo aspectos afetivos, motores e cognitivos. Sob essa perspectiva, a aprendizagem não pode ser compreendida dissociada das emoções e das experiências vividas pelos sujeitos. Assim, ambientes que favorecem relações afetivas positivas contribuem significativamente para o desenvolvimento integral da criança.
Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de construção de espaços que valorizem o protagonismo infantil. Quando as crianças possuem liberdade para explorar, escolher materiais, circular pelos ambientes e participar da organização do espaço, tornam-se mais autônomas e participativas no processo educativo.
Nesse sentido, a organização do ambiente deve considerar as múltiplas linguagens da infância, oferecendo oportunidades para o brincar, a experimentação, a investigação e a expressão criativa. Espaços ricos em estímulos favorecem a curiosidade e ampliam as possibilidades de construção do conhecimento.
A abordagem de Reggio Emília, desenvolvida na Itália, reforça a importância do ambiente como elemento educativo. Segundo Edwards, Gandini e Forman (1999), o espaço atua como um "terceiro educador", promovendo interações, despertando interesses e incentivando a pesquisa e a descoberta.
Nessa perspectiva, a estética do ambiente também assume papel pedagógico relevante. Ambientes organizados, acolhedores e visualmente estimulantes favorecem o bem-estar e a participação das crianças, tornando o processo educativo mais significativo e humanizado.

Além disso, a presença de elementos naturais nos espaços escolares contribui para ampliar as experiências sensoriais e fortalecer o vínculo das crianças com a natureza. Plantas, jardins, áreas verdes e materiais naturais enriquecem o ambiente educativo e favorecem aprendizagens mais concretas e contextualizadas.
Portanto, pensar o ambiente como mediador educativo implica reconhecer sua potência pedagógica e investir em sua organização de forma crítica e intencional, alinhada às concepções contemporâneas de infância e educação, valorizando a experiência, a interação e o protagonismo da criança.

O PAPEL DO AMBIENTE COMO MEDIADOR EDUCATIVO

O ambiente educativo deve ser compreendido como um elemento estruturante do processo de ensino-aprendizagem, ultrapassando a concepção restrita de espaço físico para assumir uma dimensão pedagógica, social e simbólica. Nesse sentido, o ambiente não apenas abriga práticas educativas, mas também as orienta, condiciona e potencializa.
De acordo com Horn (2004), o espaço pedagógico precisa ser intencionalmente organizado, considerando as necessidades, os interesses e as características das crianças. A disposição dos materiais, a organização dos ambientes e as possibilidades de circulação influenciam diretamente a forma como as crianças aprendem e interagem. Nessa perspectiva, Barbosa (2006) ressalta que o ambiente educativo pode ser entendido como um "terceiro educador", ao lado do professor e das próprias crianças.
Sua organização comunica valores, propõe desafios e estimula formas específicas de interação, contribuindo para a construção de aprendizagens significativas. Assim, espaços planejados de maneira sensível e intencional favorecem o desenvolvimento da autonomia, da criatividade e da participação ativa dos sujeitos. A organização do ambiente, quando alinhada a práticas pedagógicas contemporâneas, potencializa experiências educativas mais ricas e diversificadas.
Além disso, a literatura aponta que ambientes restritivos, padronizados e pouco estimulantes tendem a limitar as possibilidades de aprendizagem, inibindo a curiosidade e a iniciativa das crianças. Tais espaços dificultam a exploração e reduzem o protagonismo infantil no processo educativo. Por outro lado, espaços diversificados, flexíveis e acolhedores favorecem a experimentação, a investigação e a construção coletiva do conhecimento (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 1999).
Esses ambientes estimulam a interação social e ampliam as possibilidades de aprendizagem significativa. Portanto, pensar o ambiente como mediador educativo implica reconhecer sua potência pedagógica e investir em sua organização de forma crítica e intencional, alinhada às concepções contemporâneas de infância e educação, valorizando a experiência, a interação e o protagonismo da criança.

NATUREZA E EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS NA INFÂNCIA

A relação entre infância e natureza tem sido amplamente discutida nas últimas décadas, especialmente diante do crescente afastamento das crianças de ambientes naturais, fenômeno associado ao processo de urbanização e ao avanço das tecnologias digitais. Esse distanciamento tem gerado preocupações relevantes no campo educacional e no desenvolvimento infantil.
Segundo Tiriba (2010), o contato com a natureza proporciona experiências sensoriais fundamentais ao desenvolvimento da criança, permitindo a exploração de diferentes texturas, sons, cores e movimentos. Essas vivências favorecem a construção de conhecimentos de forma concreta, além de estimularem a curiosidade, a imaginação e a criatividade.
Essas experiências contribuem significativamente para a aprendizagem, pois possibilitam à criança estabelecer relações com o ambiente de maneira ativa e significativa. A interação direta com elementos naturais amplia a compreensão do mundo, promovendo o desenvolvimento cognitivo e fortalecendo vínculos afetivos com o meio.
Nesse sentido, Louv (2016) introduz o conceito de "transtorno de déficit de natureza", destacando que a ausência de contato com ambientes naturais pode gerar prejuízos ao desenvolvimento físico, emocional e cognitivo das crianças. O autor enfatiza a importância da natureza para a saúde integral.
De acordo com Louv (2016), a natureza

desempenha papel essencial na promoção do bem-estar, da concentração e da saúde mental, contribuindo para a redução do estresse e para o equilíbrio emocional. Esses fatores são fundamentais para o desenvolvimento saudável na infância.
Além disso, pesquisas indicam que a interação com ambientes naturais favorece o desenvolvimento da autonomia, da cooperação e da consciência ambiental, aspectos essenciais para a formação de sujeitos críticos e responsáveis diante dos desafios contemporâneos (KELLERT, 2002).
A natureza também estimula o desenvolvimento motor das crianças, uma vez que os espaços abertos favorecem movimentos amplos, exploração corporal e experiências diversificadas. Correr, subir, manipular objetos naturais e explorar diferentes terrenos contribui para o fortalecimento da coordenação motora e da percepção espacial.
Outro aspecto importante refere-se ao potencial investigativo proporcionado pelos ambientes naturais. A observação de plantas, animais, fenômenos climáticos e transformações da natureza desperta a curiosidade e incentiva a formulação de hipóteses, favorecendo a aprendizagem científica desde a infância.
As experiências na natureza também fortalecem o brincar livre, considerado elemento central do desenvolvimento infantil. Em ambientes naturais, as crianças tendem a criar brincadeiras mais criativas e menos padronizadas, utilizando elementos do ambiente como recursos simbólicos e imaginativos.
Além disso, o contato com a natureza contribui para a construção de valores relacionados ao cuidado, ao respeito e à preservação ambiental. Ao vivenciar experiências significativas em ambientes naturais, a criança desenvolve maior consciência ecológica e amplia sua compreensão sobre a importância da sustentabilidade.
Nesse contexto, a escola assume papel fundamental na promoção de práticas educativas voltadas à valorização da natureza. As instituições de ensino podem favorecer experiências que aproximem as crianças dos ambientes naturais, contribuindo para o desenvolvimento integral e para a formação de sujeitos mais conscientes e sensíveis às questões ambientais.
Dessa forma, a natureza deve ser compreendida como um espaço privilegiado de aprendizagem, capaz de ampliar as possibilidades educativas e contribuir para o desenvolvimento integral da criança, articulando aspectos cognitivos, emocionais e sociais.
Sua inserção no contexto escolar, portanto, não deve ocorrer de maneira pontual ou superficial, mas como parte integrante das práticas pedagógicas, garantindo experiências contínuas, significativas e alinhadas às necessidades e aos direitos da infância.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS

A valorização dos espaços naturais no contexto educacional demanda a revisão de práticas pedagógicas tradicionais, frequentemente centradas em ambientes fechados e em metodologias transmissivas. Esse modelo limita as experiências infantis, tornando necessária a adoção de abordagens que ampliem as possibilidades de aprendizagem.
Nesse sentido, torna-se fundamental adotar perspectivas pedagógicas que reconheçam a criança como protagonista do processo educativo e o ambiente como elemento central na construção do conhecimento, favorecendo experiências mais significativas, participativas e contextualizadas.
As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) orientam que as práticas pedagógicas devem promover experiências que envolvam o contato com a natureza, a exploração do ambiente e a interação com diferentes linguagens, respeitando as especificidades da infância.
Essa perspectiva reforça a importância de uma educação que valorize o brincar, a experimentação e a descoberta como elementos centrais do processo educativo, contribuindo para o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos cognitivos, emocionais e sociais.
Atividades como aulas ao ar livre, criação de hortas escolares, exploração de parques e utilização de espaços verdes são estratégias pedagógicas eficazes que ampliam as possibilidades de aprendizagem, além de promover vivências concretas, significativas e dá ao educador a oportunidade de atuar como mediador

das experiências nesse processo e agente de incentivo da curiosidade, da investigação e da autonomia. É uma atuação que propicia e favorece a construção ativa do conhecimento pelas crianças. Como ressalta Freire (1996, p. 47), "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção". Essa concepção implica reconhecer o ambiente como parte ativa do processo educativo, contribuindo para práticas mais críticas e reflexivas.

O uso de espaços naturais nas práticas pedagógicas favorece, ainda, abordagens interdisciplinares, permitindo a articulação entre diferentes áreas do conhecimento. A observação da natureza envolver conteúdos de diversas disciplinas como a ciência, a matemática, a linguagem, as artes e a educação ambiental, o que torna a aprendizagem mais contextualizada e significativa.

Por exemplo, as hortas escolares são importantes recursos pedagógicos, na medida em que permitem o trabalho de conceitos referentes à alimentação saudável, a sustentabilidade, ao cuidado e à cooperação, estimulando a responsabilidade e o envolvimento das crianças em atividades coletivas.

Outro aspecto relevante é a valorização do brincar ao ar livre, em ambientes

çam a importância dos espaços naturais e os integrem intencionalmente às suas práticas pedagógicas, não de maneira pontual, mas como parte permanente do currículo, assegurando experiências continuadas que valorizem a exploração, a descoberta e o protagonismo infantil. É fundamental, também, investir na formação dos educadores, para que possam compreender o potencial pedagógico dos ambientes naturais e desenvolver práticas educativas mais integradoras, críticas e sensíveis às demandas infantis. Destaca-se, ainda nesse contexto, a necessidade de rever os modelos educacionais vigentes, superar práticas tradicionais e restritivas, favorecendo abordagens que considerem a criança integralmente. Construir ambientes educativos mais abertos, flexíveis e conectados à natureza contribui para formar sujeitos autônomos, críticos e conscientes, capazes de interagir de modo responsável com a sociedade e com o meio ambiente. Compreender a relação entre espaços, natureza e infância é reconhecer que a aprendizagem é construída por intermédio das experiências, das interações e dos vínculos estabelecidos entre sujeitos e ambientes. Valorizar a natureza no contexto educativo representa importante caminho para que se construa práticas pedagógicas mais humanizadas, democráticas e comprometidas com o desenvolvimento integral das crianças.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2009.

HORN, Maria da Graça Souza. Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LOUV, Richard. A última criança na natureza. São Paulo: Aquariana, 2016.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

TIRIBA, Léa. Crianças, natureza e educação infantil. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 911-928, 2010.

VYGOTSKY, Lev. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.